

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 26/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 41 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE Sofia Machado do Couto Gonçalves-----
VEREADOR José Élio Valadão Ventura-----
VEREADOR António da Silva Gomes-----
VEREADOR Luís Guilherme Duarte Brasil-----
VEREADOR Anselmo José Rocha Barcelos-----
VEREADOR Fernando Francisco de Paiva Dias-----
VEREADOR Alonso Teixeira Miguel-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 24 de setembro de 2012 realizou-se na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

Após saudação, a Presidente começou por justificar o atraso na vinda das atas à reunião de Câmara referido pelos Vereadores na última reunião, dando conta que a responsabilidade é da própria e do Gabinete Técnico. Indicou, ainda, que se pretende trazer pelo menos mais duas ou três atas para apreciação na próxima reunião de Câmara. De seguida, foi colocada à discussão e votação a ata número 18 de 2012, aprovada por maioria, com duas abstenções do PSD.-----

A Presidente referiu de seguida ter algumas informações a prestar, que foram solicitadas no período antes da ordem do dia pelos Vereadores. Antes disso, indicou que no dia 13 de setembro decorreu a apresentação do livro “Gestão de recursos cinegéticos no arquipélago dos Açores - O coelho-bravo”, e que no dia 15 de setembro decorreu uma visita aos achados arqueológicos, anotando ter sido a própria a marcar presença na mesma acrescentou que estiveram também presentes o Dr.º Félix Rodrigues, a Dr.ª Antonieta Costa, Dr.º Francisco Maduro Dias, o Presidente da Assembleia Municipal, entre outras pessoas. A Presidente ressaltou, da sua perceção da visita, que será importante aprofundar a investigação. Referiu também que no dia 16 de setembro houve uma visita de cortesia e apresentação de cumprimentos do Primeiro-ministro de Cabo Verde. Reportou que no dia 17 de setembro decorreu a assinatura dos protocolos da segunda fase de apoios ao desporto. Assinalou, seguidamente, que no dia 18 de setembro teve lugar uma reunião com os funcionários da Câmara, no sentido de dar conhecimento da nova legislação e da necessidade de alteração da orgânica para poderem participar no processo de revisão. Deu ainda conta que no dia 20 de setembro houve uma reunião com o Banco Nacional de Voluntariado. A 21 de setembro anotou que decorreu a apresentação do 12º RALI ALÉM MAR/XXXIV ILHA LILÁS, bem como a participação em Assis no Salão Mundial de Turismo e sítios da UNESCO, e reunião com

o Representante da Delegação Regional das Cidades Património Mundial. Informou também que no dia 25 de setembro decorreu a apresentação do tema e cartaz das Sanjoaninas 2013 e que participará na comemoração do 63º aniversário, no dia 27 de setembro, da República Popular da China, em Lisboa, uma vez que se deslocará para a reunião do Congresso da Associação Nacional de Municípios, no dia 29, em Santarém. A Presidente indicou, de seguida, os destaques do cinema para as próximas semanas, assinalando ainda o Dia da Alimentação Saudável no Mercado Duque de Bragança e o Festival AngraJazz.-----

A Presidente passou aos esclarecimentos solicitados pelos Vereadores, começando pelo *Classic Bar*, sobre o qual informou que o requerente ainda não entregou a informação solicitada, anotando que deram entrada na Câmara participações sobre o funcionamento fora do horário, tendo sido levantados os respetivos processos. Concluiu que se aguarda a entrega dos dados solicitados, recordando que o proprietário tinha manifestado vontade de cooperar nesse sentido.-----

A Presidente esclareceu uma questão colocado pelo Vereador Fernando Dias sobre os valores dos apoios concedidos pelo Governo Regional relativamente ao combate às térmitas e informou que em 2009 o apoio foi de nove mil, setecentos e cinquenta euros, em 2010 o valor foi de trinta e quatro mil, trezentos e oitenta euros e em 2012 de dezanove mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros.-----

Relativamente à questão do Vereador António Ventura, sobre se haveria protocolos para a extinção de licenças de táxis com a APALIT, a Presidente recordou ter informado que estes existem, dando conta de ter uma cópia dos vários protocolos que foram sendo assinados e que preveem a extinção de licenças ao longo do tempo, e que facultará cópia dos mesmos. A Presidente destacou ter referido na reunião com a APALIT que os critérios definidos nestes protocolos foram extintos com a adoção das carreiras urbanas, em detrimento dos *minibuses* interparques e gratuitos, e que por isso não haverá renovação dos mesmos.-----

A Presidente referiu-se, de seguida, às reclamações que foram reportadas sobre as carreiras urbanas que servem o novo hospital, passando a distribuir os respetivos horários e itinerários.-----

A Presidente recordou uma proposta apresentada pelo Vereador António Ventura para que fosse disponibilizada no portal da Câmara informação sobre tauromaquia, dando conta que no *link* do acesso às touradas à corda já se encontra toda a informação relativa ao assunto e que já foi incluído no portal o *flyer* da “Rota do Toiro”, editado pela Associação Regional de Turismo. Acrescentou, ainda, que será disponibilizado, igualmente, o calendário das touradas à corda. A Presidente destacou que houve uma proposta, por parte da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, através do seu presidente, para que sejam englobadas as touradas na agenda municipal.-----

A Presidente apontou a informação solicitada sobre a requalificação da marginal, reportando que teve conhecimento, através de contacto com a Portos dos Açores, SA, que houve um atraso no processo, porque na fase da audiência prévia existiu uma reclamação por parte de um dos interessados, aguardando-se por isso o resultado da análise das novas propostas.-----

Sobre os bares do Porto das Pipas, a Presidente confirmou a informação que já havia prestado, que está a ser revisto o projeto para a utilização comum das casas de banho e para os espaços cobertos.-----

A Presidente referiu-se, de seguida, à reclamação transmitida em reunião de Câmara sobre os acessos ao edifício do Jardim dos Corte-Reais. Informou que o edifício esteve a ser pintado e que foram reparadas tábuas soltas, acrescentando que será feito agora, o envernizamento de todas as madeiras, acessos e varandas. Sobre esta questão, o Vereador Fernando Dias destacou o problema de iluminação das escadas, apontando que há algumas lâmpadas fundidas. A Presidente retorquiu que as mesmas foram substituídas há algum tempo.-----

No que diz respeito à questão sobre o Centro Comunitário do Posto Santo, a Presidente deu conta de ter tido informação da junta de freguesia que foi ultrapassada a situação da insolvência do empreiteiro e que os trabalhos devem terminar na próxima semana, ficando apenas os equipamentos em falta.-----

A Presidente retomou também uma questão relativa a um abaixo-assinado sobre as taxas aplicadas às esplanadas, confirmando que foi solicitado que seja aplicada de verão a taxa do inverno.-----

A Presidente referiu que tinha sido questionada se teria dado entrada na Câmara alguma queixa relativamente às taxas aplicadas nas touradas em Angra e Praia, informando que não há nenhum registo nesse sentido. A Presidente recordou ainda a pergunta sobre se teria dado entrada algum documento sobre a não destruição do parque arqueológico subaquático da baía de Angra, dando conta que tal não consta dos registos.-----

O Vereador Luís Brasil tomou a palavra, começando por dizer ter uma questão/sugestão a apresentar. Indicou que haveria uma discrepância entre os dois municípios da ilha Terceira relativamente à aplicação de sanções para infratores nas áreas taxadas por parquímetros. Apontou que tendo em conta a informação que existe, no caso da Praia um munícipe em infração paga uma coima que corresponde a um dia de parquímetro, enquanto em Angra, um munícipe na mesma situação paga uma coima que não deverá ser inferior a trinta euros, podendo o valor ser consideravelmente superior, dependendo do tipo de infração. O Vereador Luís Brasil questionou como é que estas questões estão enquadradas no regulamento e que deverão ter em atenção, de futuro, à referida discrepância dentro da mesma ilha.-----

A Presidente confirmou que os critérios são diferentes nos dois municípios. Explicou que na Praia a mesma empresa que faz a manutenção dos parquímetros faz o controlo e aplica as sanções, enquanto em Angra esse trabalho está ao cuidado da PSP em regime de gratificados. Acrescentou que em Angra as coimas são aplicadas com base no regulamento de trânsito pela própria PSP e na Praia existe um regulamento que prevê que a coima tenha um valor mais baixo, se for paga no mesmo dia em que foi cometida a infração. A Presidente ressaltou que o concelho de Angra está numa fase de transição entre os sistemas de controlo de parquímetros, durante a qual a empresa que vai explorar os parquímetros não poderá fazer também a fiscalização. Concluiu que de momento está a ser avaliada qual será a melhor alternativa para a aplicação de sanções e que a fiscalização poderá passar a ser efetuada por uma empresa diferente da que explora os parquímetros ou serem os próprios fiscais da autarquia a fazê-la, entre outras

soluções. A Presidente realçou que na próxima reunião ou na seguinte essa solução deverá ser apresentada.-----

O Vereador Luís Brasil frisou a questão da equidade, que salientou ser muito importante, tendo em conta que se trata da mesma ilha. A Presidente retorquiu que os cenários são diferentes dentro do país todo, conforme os critérios definidos pelos municípios.-----

O Vereador Alonso Miguel, ainda sobre este assunto, deu conta que utilizou o serviço de parquímetro recentemente no concelho da Praia e que constatou a disparidade dos preços, quando comparados com os do concelho de Angra. Indagou, ainda, se a tabela de preços é igual em todas as ruas ou se varia conforme a zona. A Presidente respondeu que não conhece os valores dos parquímetros do concelho da Praia, ressaltando que em Angra estes variam de zona para zona, sendo mais baixos nas zonas residenciais e mais altos nas zonas de serviços.-----

O Vereador Luís Brasil inquiriu em que ponto está o licenciamento do hotel do Cantagalo, em funcionamento desde julho. Explicou que a questão vem na sequência das reclamações e denúncias recentes que os Vereadores do PSD têm recebido, que ressaltou serem oficiais, uma vez que já foram discutidas na Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. O Vereador Luís Brasil assinalou que com a discussão não pretende despoletar situações negativas, realçando que compreende a atual situação no que se refere ao mercado de trabalho. Por outro lado, destacou que gostaria de ver esta questão bem resolvida a breve trecho, porque estão prometidos setenta postos de trabalho e neste momento nem os quarenta, recentemente referidos pelo proprietário, estão preenchidos. O Vereador sublinhou que já foram despedidos dois diretores, o chefe de cozinha, o de sala e outras pessoas de cargos intermédios. Questionou novamente qual o ponto da situação do licenciamento e indagou o que se poderá fazer, sem prejuízo dos postos de trabalho, para que o empreendimento turístico esteja nas mesmas circunstâncias dos restantes existentes no concelho, que têm as suas licenças de utilização turística definitivas e a sua classificação turística atribuída, entre outras.-----

A Presidente ressaltou que existem no concelho diversos hotéis que levaram vários anos a regularizar os seus processos, anotando que alguns ainda têm situações pendentes e que se está a trabalhar no sentido da sua regularização. Relativamente ao

hotel do Cantagalo, a Presidente recordou o facto de este espaço ter estado muito tempo abandonado, sendo na altura conhecido por buraco do Cantagalo, por falta de capacidade de investimento público e privado, até que este investidor, de fora da ilha, resolveu avançar com a construção de um hotel de cinco estrelas, único na Região, o que considerou ser uma mais-valia para o concelho. Referiu, de seguida, que este processo foi durante muito tempo discutido, por várias razões, e que cada situação foi solucionada. Deu conta que se está numa situação quase final, e que o proprietário pediu uma licença intermédia, que disse estar em apreciação. Indicou que não tinha conhecimento das situações reportadas pelo Vereador Luís Brasil, que apenas sabia que tinha havido alguma circulação de funcionários, que considerou normal num empreendimento como este e na situação atual. Concluiu que neste momento o hotel está em funcionamento, apesar de não ser em pleno, não tendo ainda reunido todas as licenças e os documentos necessários, apesar de estar a caminhar nesse sentido.-----

O Vereador Luís Brasil afirmou que no concelho de Angra todos os hotéis têm licença de utilização turística atribuída. Assinalou que há uma situação pendente na Região, da responsabilidade da Administração Regional, que em 2008 deveria ter encetado a requalificação dos empreendimentos turísticos, tendo suspenso o processo, em 2009, sem o concluir. Deu conta, por exemplo, que existem pensões e residenciais no concelho que já não existem face à legislação atual, bem como hotéis de três e quatro estrelas em que a classificação devia ter sido revista. A Presidente apontou que os critérios de atribuição da classificação por estrelas são muito mais exigentes em Portugal, quando comparados com outros países. Os Vereadores concordaram. O Vereador Luís Brasil explicou que atualmente há um conjunto de requisitos obrigatórios desde uma até às cinco estrelas, destacando que para atingir a classificação turística há um leque mais alargado de requisitos opcionais, que são resultado das escolhas dos empresários. A título de exemplo, indicou que um hotel de cinco estrelas, para ter essa classificação, não precisa ter obrigatoriamente um restaurante, uma vez que poderá ir buscar esses oitenta pontos a outros serviços, como a internet *wireless*. Em relação ao hotel do Cantagalo, o Vereador Luís Brasil afirmou que há conhecimento oficial de um conjunto de reclamações, nos meses de julho e agosto, de clientes espanhóis trazidos por um operador português, relativamente ao barulho dos bares do Porto das Pipas. Concluiu que estas questões são indissociáveis. Apesar disso, declarou que não se pode chegar ao Porto das Pipas e fechar os bares, uma vez que também há lá postos de trabalho. Manifestou, ainda, que no Porto das Pipas os bares são discotecas ou salas de

dança, considerando que os proprietários deveriam ser sensibilizados nesse sentido, para que o volume da música seja adaptado ao conceito de bar, concluindo que desta forma o ruído não incomodaria ninguém. O Vereador Luís Brasil indicou que quando o hotel estiver totalmente pronto, com as licenças definitivas, vai ser penalizado pelo barulho dos bares do Porto das Pipas, referindo-se novamente ao exemplo dos turistas espanhóis.-----

A Presidente deu conta que esta questão foi discutida e esclarecida na última reunião, resumindo que a mesma foi levantada, de uma forma algo efusiva, no dia da inauguração do hotel pelo proprietário. Esclareceu que a Câmara atribuiu as licenças de funcionamento e que é permitido o alargamento do horário em determinados dias da semana, mas que tal não dá o direito aos bares de não respeitarem os limites que a lei impõe em relação ao ruído, cujo cumprimento disse ser assegurado e controlado pela PSP. Indicou que a Câmara tem recebido reclamações, que dão origem a contra-ordenações. A Presidente assinalou ainda que encontram-se a decorrer os procedimentos necessários para o licenciamento dos referidos bares, que realçou prever a insonorização, o que considerou fundamental.-----

O Vereador Luís Brasil retorquiu que considera que não está em causa a prorrogação das licenças por mais horas no período noturno, mas sim o fim a que se destinam os estabelecimentos, reafirmando a diferença entre bares e pistas de dança, apontando que o ruído é um dos factores de distinção. Referiu, ainda, que considera que estes espaços, quando comparados com outros estabelecimentos no concelho, preparados e licenciados para salas de dança ou discotecas, podem ser considerados concorrência desleal.-----

O Vereador Fernando Dias questionou para quando se prevê o desfecho do processo de licenciamento dos bares. A Presidente explicou que tem havido um contato direto entre a autarquia e os proprietários dos bares, à medida que vão sendo necessários mais dados e sendo feitas as alterações necessárias, concluindo que o processo tem sido conduzido com celeridade.-----

O Vereador Luís Brasil inquiriu se o espaço onde funcionava o *Aquaemotion* é propriedade da autarquia. A Presidente esclareceu que é da Portos dos Açores, SA. O

Vereador Luís Brasil indagou se nunca foi possível intermediar uma possível passagem de um ou dois bares do Porto das Pipas para este espaço. A Presidente respondeu negativamente. O Vereador Alonso Miguel anotou que essa situação não deverá fazer grande diferença.-----

O Vereador Anselmo Barcelos interveio, inquirindo se a esplanada junto ao Snack-bar *Petiskaki* está licenciada. A Presidente respondeu negativamente, acrescentando que já deu indicação para a demolir. O Vereador Fernando Dias anotou que a esplanada já foi acrescentada. O Vereador Alonso Miguel perguntou se a Câmara pode proceder à demolição, dando conta que fez esta questão anteriormente e que a resposta que obteve foi negativa. A Presidente explicou que a Autarquia pode fazê-lo, a partir de determinada altura do processo; esclareceu que a referida esplanada começou a ser montada antes de um fim-de-semana, situação que disse ter sido detetada num sábado de manhã, altura em que o fiscal se dirigiu ao local e alertou que a construção não era permitida, alerta este que salientou ter sido ignorado. Referiu que a ordem de embargo foi entregue logo na segunda-feira, e que foi desrespeitada, porque só na quinta-feira é que a intervenção terminou. A Presidente informou, ainda, que já esteve reunida com o proprietário três vezes, tendo a última reunião acontecido há pouco mais de uma semana, altura em que lhe foi transmitido que a licença tem de ser obtida antes da ocupação da via pública. A Presidente anotou que houve, entretanto, um parecer desfavorável em relação à implantação desta esplanada, por via da passagem de viaturas num sentido e de autocarros no sentido inverso, a cada vinte minutos, principalmente em altura de aulas, acrescentando que a esplanada está construída em cima de uma das faixas de rodagem. A Presidente deu nota que foi concedido um prazo para demolição, altura em que o proprietário deu entrada do processo de licenciamento, com uma diminuição de vinte ou trinta centímetros da área da esplanada, o que motivou novo parecer negativo por parte dos técnicos, uma vez que a mesma não reúne as condições. Reiterou que na última reunião com o proprietário o informou que terá de retirar a esplanada, até porque a rua está a ser asfaltada e que no caso de o mesmo não o fazer esta será removida coercivamente. A Presidente concluiu que se poderá optar por uma de duas opções: a demolição por parte da Autarquia ou a contratação de uma empresa para fazer a demolição e imputando-se os custos da mesma ao proprietário.----

O Vereador Alonso Miguel considerou que a Câmara pode, a qualquer altura, mudar o sentido do trânsito, para duas vias, ficando o mesmo condicionado pelo facto de a

esplanada não ser amovível. Assinalou, ainda, que a esplanada fica localizada entre o quartel dos Bombeiros e uma escola pública, apontando a eventual impossibilidade dos carros dos bombeiros passarem no local.-----

A Presidente concordou, acrescentando que a ocupação da via pública não permite a passagem de dois carros quanto mais de dois autocarros. Indicou, ainda, que num eventual cenário de acidente o proprietário da esplanada seria responsabilizado, informação que anotou ter-lhe sido igualmente transmitida.-----

O Vereador Fernando Dias apontou ainda a dificuldade da passagem de peões no passeio, motivada pela presença de uma rampa, que a Presidente destacou ser extremamente inclinada e que obriga a entrar dentro do espaço.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se a um pedido de esclarecimento, solicitado anteriormente em relação às contas de 2011 da Culturangra. A Presidente indagou se a questão é relativa ao empréstimo. O Vereador assentiu. A Presidente indicou que abordou essa questão com o ROC na passada semana, que ficou de remeter a esclarecimento à própria, altura em que explicou que a palavra empréstimo é usada noutras situações, o que pode induzir em erro, tendo assegurado que não era esse o sentido pretendido. A Presidente colocou as questões apresentadas pelo Vereador Fernando Dias e o ROC ficou de enviar, na corrente semana, o referido esclarecimento.-

O Vereador Fernando Dias inquiriu de seguida sobre a elaboração de relatórios trimestrais da Culturangra e da Teramb, conforme previsto na lei. A Presidente ressaltou que esta visita dos ROC's teve como objetivo verificar o segundo trimestre e o primeiro semestre, concluindo que as contas serão fechadas e que será então apresentada a informação. O Vereador Fernando Dias anotou que isso é em termos de execução orçamental, considerando que não faz sentido estarem em setembro a falar sobre dados de junho, afirmando que tem de haver um sistema de informação mais célere para a própria empresa. A Presidente realçou que o relatório que é prestado agora tem de ter obrigatoriamente a apreciação dos ROC's. O Vereador Fernando Dias anuiu, acrescentando que poderia ter vindo com dados provisórios, concluindo que não percebe como é que é feita a gestão sem estes dados. A Presidente referiu que os balancetes são tirados à data pretendida, o que disse ser uma situação simples, mas

que pode gerar erros, se não forem cruzados os dados, concluindo que a apreciação feita pelos ROC's, nesta vinda recente pretende evitar que ocorram essas mesmas situações.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que são duas coisas distintas e previstas na legislação. Uma é a execução orçamental trimestral, feita sem a intervenção dos ROC's e outra é a avaliação semestral das contas, feita pelos ROC's. A Presidente retorquiu que o que está previsto é a apreciação pelos ROC's, destacando que foi esse o compromisso assumido informalmente.-----

O Vereador Anselmo Barcelos reportou-se às Sanjoaninas 2012 e a um dia em que houve atuação dos grupos de folclore, dando conta que a verba nunca foi recebida pelos grupos. A Presidente realçou que as contas das Sanjoaninas estão fechadas e que vieram inclusivamente a reunião de Câmara, colocando a hipótese de ter ficado algo em atraso. Apesar disso, indicou que tentará apurar o que aconteceu, indagando se o pagamento seria feito ao próprio. O Vereador Anselmo Barcelos assentiu, anotando que diz respeito ao grupo de São Bartolomeu, dando ainda nota que até há cerca de uma semana outras freguesias, como Ribeirinha, Posto Santo, Doze Ribeiras, também não tinham recebido. A Presidente afirmou que ia averiguar.-----

O Vereador Anselmo Barcelos inquiriu de seguida sobre a presença dos mastros na rua da Sé. A Presidente disse que esse assunto foi referido na Assembleia Municipal, explicando que normalmente os mastros são mantidos até agosto, sendo retirados em setembro, destacando que retirar os mastros é um processo relativamente simples, ao contrário do que acontece com a montagem. Por essa razão e pelo facto de os comerciantes solicitarem que a iluminação de Natal seja colocada o mais cedo possível, foi tomada a decisão de manter os mastros. O Vereador Anselmo Barcelos perguntou se a iluminação será a mesma na época de Natal. A Presidente respondeu que no centro não será, mas as arcadas sim, salientando que a mesma é da Autarquia e que, por isso, não gastam dinheiro com isso. A Presidente indicou, ainda, que no Natal passado foram reutilizados materiais, para que se mantenha a iluminação, mas com coisas simples e sem grandes custos.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou sobre o ponto de situação do bar "Farol da Baía", um espaço municipal. A Presidente confirmou, acrescentando que o mesmo é gerido

pela Culturangra. O Vereador Alonso Miguel inquiriu se o mesmo continua fechado, recordando terem referido que o inquilino estaria em incumprimento, indagando se este foi o motivo do encerramento. A Presidente respondeu afirmativamente, dando conta que há um montante avultado em dívida, que disse estar na ordem dos vinte ou trinta mil euros, acrescentando que o processo foi entregue ao gabinete jurídico. A Presidente reportou, ainda, que o proprietário esteve para vender o bar e que a mesma incluía a dívida, a um proprietário de um dos bares do Porto das Pipas, mas que o negócio acabou por não se concretizar.-----

O Vereador Alonso Miguel inquiriu de seguida sobre a situação do bar do Centro Cultural. A Presidente indicou que já houve entendimento entre as partes, mas que existiam várias situações de incumprimento e que a decisão tomada foi entregar o assunto ao gabinete jurídico, por forma a resolvê-las uma a uma. A Presidente explicou que o proprietário deixou o bar, tendo o mesmo entregue uma declaração que permite que seja utilizado o bar de cima, junto à entrada do cinema, que anotou já estar a funcionar. A Presidente concluiu que o outro bar está a aguardar a definição relativamente às empresas municipais, anotando que na próxima reunião terão que abordar questões relativamente à Culturangra. O Vereador Alonso Miguel perguntou se o bar de baixo está fechado. A Presidente respondeu afirmativamente.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que está claro o que a lei determina em relação às empresas municipais. A Presidente concordou que está claro, mas manifestou que há várias interpretações, indicando a dúvida sobre o incumprimento, perante o qual há várias soluções possíveis. O Vereador Fernando Dias assinalou que se a empresa não cumprir apenas um dos critérios estipulados na lei terá de ser dissolvida. A Presidente assentiu, acrescentando que essa dissolução terá de ocorrer num espaço de seis meses, ou seja, até fevereiro de 2013. A Presidente concluiu que a dúvida é, havendo a dissolução da empresa, quais as soluções viáveis, concluindo que tal tem de ser apurado o quanto antes, uma vez que tem implicação em todo o resto, nomeadamente orçamentos, quadros de pessoal, chefias, orgânicas, entre outras questões. O Vereador Fernando Dias indicou que uma das soluções será a inclusão das atividades da empresa municipal na Autarquia. A Presidente retorquiu que há várias alternativas. O Vereador Fernando Dias indagou se está a ser ponderada a criação de outra empresa municipal. O Vereador Luís Brasil apontou que uma solução seria dotar a Culturangra de uma

capacidade de receita, sendo a própria empresa, com o pessoal que tem, a assegurar o funcionamento de algumas estruturas, numa situação de equilíbrio, sem entrar em concorrência desleal ou desnecessária com outras empresas privadas. A Presidente afirmou que é o que acontece agora. O Vereador Fernando Dias considerou que o problema da Culturangra sempre foi não conseguir capturar receita necessária para as suas despesas. A Presidente realçou que a Culturangra tem ao seu cuidado áreas que não têm receita, mas que têm despesa, o que concluiu que desequilibra as contas, dando o exemplo das zonas balneares, ou ainda do desporto, que disse ter talvez dez por cento de receita, face à despesa total. A Presidente afirmou, ainda, que a cultura, apesar de ter receita, não é autónoma e muito menos é capaz de compensar as outras duas áreas. O Vereador Fernando Dias manifestou que essas reflexões sobre a Culturangra devem ser tomadas numa reunião de trabalho, para que possam então tomar decisões em reunião de câmara, assinalando que não é possível tomar decisões sem a devida informação. Concluiu que esta é uma questão complexa e que deve ser bem equacionada, referindo-se nomeadamente aos recursos humanos. A Presidente ressaltou que se for para haver uma absorção do pessoal, só não poderão ser incluídas as pessoas que foram contratadas há menos de um ano.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que há áreas cuja integração na atividade municipal é discutível, considerando que uma das soluções para algumas destas poderiam ser concessões, dando conta de se estar a referir, por exemplo, ao *Bowling*. A Presidente retorquiu que essa opção foi equacionada a determinada altura, nomeadamente a concessão na totalidade, o que implicaria a absorção, nem que fosse por algum tempo, dos respetivos recursos humanos. A Presidente considerou que é um cenário viável, sublinhando que nesta altura é importante assegurarem que todos os postos de trabalho são mantidos. O Vereador Fernando Dias apontou que vai depender da opinião do concessionário, assinalando que as receitas do *Bowling* têm vindo a decair e que este cenário poderia promover alguma dinamização do espaço. A Presidente esclareceu que o *Bowling* é das poucas atividades que se tem mantido regular, anotando que é uma situação um pouco atípica, apesar de ter havido uma grande procura inicial, deu conta que não houve a quebra que se está a verificar nos outros recintos que têm esta prática. O Vereador Fernando Dias supôs que a receita anual do *Bowling* é de cinquenta mil euros, considerando que se compararem com o segundo ou o terceiro ano era possível aumentarem um pouco as receitas. Referiu que tal tem de ser feito por entidades que estejam direcionadas e focadas nestas áreas. A Presidente salvaguardou que,

principalmente nesta fase, é importante que o Município consiga assegurar que as pessoas têm acesso a atividades como esta, destacando que os preços baixos em áreas como esta ou o cinema têm sido uma opção da Câmara, que considerou correta. Nesse sentido, referiu que com uma concessão não será possível manter os preços praticados atualmente, já que o objetivo não é o lucro, mas a subsistência, dando conta que o *Bowling* quase que tem uma situação equilibrada, ressaltando que tal pode ser constatado nas contas. O Vereador Fernando Dias apontou que o privado não seria a única opção, ressaltando que existe um clube de *Bowling* que deverá ter interesse na infraestrutura. A Presidente referiu que este não tem capacidade de suportar os resultados negativos que possam ocorrer num mês e que por isso teria de aumentar o custo. O Vereador Fernando Dias reafirmou que esta não é uma atividade de interesse fundamental para a Câmara. A Presidente concluiu que terão oportunidade de discutir este assunto na reunião de trabalho.-----

O Vereador António Gomes disse, relativamente ao pagamento dos grupos de folclore, referido pelo Vereador Anselmo Barcelos, que quem fez uma candidatura a um apoio na área do turismo foi o grupo “Modas da Minha Terra”, dando conta que o grupo já começou a proceder aos pagamentos, anotando que houve um ligeiro atraso na receção da participação por parte do grupo, mas que a situação está resolvida.-----

A Presidente colocou à votação a inclusão dos pontos fora da agenda, aprovada por unanimidade pelos Vereadores.-----

O Vereador Fernando Dias assinalou que a entrada 1396 não estava disponível. A Presidente deu indicação que o ponto ia ser retirado. Explicou que a legislação já está em vigor, mas que o artigo em causa precisa de regulamentação própria, que anotou ainda não existir, concluindo que esse artigo não está em vigor.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 4858 – Pedido efetuado por **Mário Jorge do Rego Barbosa**, com vista à suspensão de trânsito da igreja de Santa Luzia, Rua Padre Máximo, Chafariz Velho, Rua da Pereira, Largo da Memória (S. Luis), Rua (Bairro) S. João de Deus, até à Capela de São João de Deus, freguesia de Santa Luzia, no dia 12 de outubro de 2012, das 20:00 às 22:30 horas, destinada à realização da procissão de velas, em honra de Nossa Senhora de Fátima, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Pedido de apoio – ratificação

Ent. 4612 – E-mail do Circo Dallas, datado de 27 de agosto de 2012, solicitando apoio para a deslocação do mesmo a este Concelho, nomeadamente, no transporte dos animais e artistas. Para ratificação do órgão executivo o indeferimento do pedido, nos termos do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Abertura de Concurso Público Internacional para Aquisição de Combustíveis Rodoviários ao Longo de 2013

Ent. 4849 – Ofício n.º SAI-SMAH/2012/1920 de 13 de setembro de 2012, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, solicitando o seguinte:-----

- a) Autorizar a abertura do concurso público para o fornecimento de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento públicos na Ilha Terceira, ao longo de 2013, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 38.º, do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as adaptações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho;-----
- b) Autorizar a realização da despesa no valor de € 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil euros), nos termos do artigo 36.º do CCP e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;-----
- c) Aprovar as peças do procedimento: o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;-----
- d) Determinar o prazo para a apresentação das propostas até às 16 horas e 30 minutos do 42.º dia (seguidos), a contar da data do envio do anúncio para publicação no JOUE, nos termos do artigo 63.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 136.º do CCP;-----
- e) Designar os seguintes elementos para a constituição do júri que conduzirá o procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP:-----
 - i. Presidente: Maria do Anjo Condesso Ekström-----
 - ii. Vogais efetivos: Daniel Cunha Belo Projecto e Luís Alberto Borba Gonçalves;-----
 - iii. Vogais suplentes: José Eliseu Mendes Costa e Ana Maria Mesquita Patrocínio.-----
- f) Delegar no Presidente do Conselho de Administração dos SMAH as seguintes competências:-----
 - i. Aprovar a minuta do contrato, nos termos do n.º 2 do artigo 98.º do CCP;-----
 - ii. Propor eventuais ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 99.º, do CCP;-----
 - iii. Notificar o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do n.º 1 do artigo 100.º do CCP;-----
 - iv. Notificar o adjudicatário para a outorga do contrato, nos termos do n.º 3 do artigo 104.º do CCP;-----
 - v. Outorgar o contrato, nos termos dos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 106.º do CCP.-----

- g) Delegar no júri todas as competências próprias do órgão competente para a decisão de contratar, na fase de formação do contrato, com exceção da adjudicação, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, designadamente:-----
- i. Prestar esclarecimentos sobre as peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do CCP;-----
 - ii. Manter a suspensão do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do n.º 4 do artigo 61.º do CCP;-----
 - iii. Retificar erros e omissões das peças do procedimento, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do CCP;-----
 - iv. Prorrogar, se necessário, o prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do artigo 64.º, do CCP;-----
 - v. Alterar, por motivos justificados, a data do ato público, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----
- h) Que sejam rubricadas as peças do procedimento, uma vez deliberada a abertura do concurso. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou o solicitado pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.**-----

O Vereador José Élio Ventura começou por explicar que se trata da abertura de um concurso público internacional para aquisição de combustíveis rodoviários ao longo de 2013, indicando que se prevê a aquisição de três mil litros de gasolina e cento e noventa e três mil litros de gasóleo, ressaltando a importância de desencadear desde já este procedimento, atendendo à morosidade implícita ao facto de ser um concurso público internacional, para que no início de 2013 o concurso esteja concluído e para que possam, ao abrigo dele, começar a adquirir combustível para o normal desenvolvimento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH). O Vereador José Élio Ventura reportou que no passado ano isto não aconteceu, tendo havido a necessidade de lançar dois procedimentos, um por ajuste direto, nos primeiros meses do ano e um concurso mais tarde, com carácter de urgência. O Vereador José Élio Ventura apontou, de seguida, que o concurso tem por preço base aquilo que está definido no decreto legislativo regional que estipula o preço dos combustíveis na Região, acrescentando que os proponentes podem propor um desconto ao preço base, que disse que deve ser no mínimo de dois cêntimos por litro de combustível.-----

O Vereador Luís Brasil apontou que o preço dos combustíveis é flutuante, conforme é do conhecimento de todos. Nesse sentido, questionou se essa flutuação está prevista em termos contratuais e em caso afirmativo até que valores.-----

O Vereador José Élio Ventura reiterou a questão do desconto em relação ao preço base, explicando que ganha o concurso quem apresentar o maior desconto em relação ao preço base, desde que cumpra os demais requisitos, como seja o cartão frota ou o número de postos de combustível em relação ao parque rodoviário dos SMAH. O Vereador José Élio Ventura deu conta de ter percebido que a questão colocada tem a ver com o montante da verba, de duzentos e vinte e cinco mil euros, que vem para autorização e, até que ponto esta será ou não suficiente. Ressalvou que o concurso está condicionado a esta despesa, mas no próximo ano, em função dos consumos e da variação dos preços dos combustíveis, a autorização pode ter de ser retificada pela câmara.-----

Concessão de Exploração de Solo para a Instalação e Exploração de Parquímetros na Cidade de Angra do Heroísmo – Minuta de contrato

Ent. 630 – Presente a minuta do Contrato de Concessão de Exploração de Solo para a Instalação e Exploração de Parquímetros na Cidade de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou a minuta do contrato em causa.**-----

A Presidente deu indicação que é presente à reunião de Câmara a minuta de contrato relativa à concessão de exploração de solo para a instalação e exploração de parquímetros na cidade de Angra do Heroísmo, que disse ter sido elaborada pela empresa Sérvulo Correia, Advogados. A Presidente evidenciou que foi entregue inicialmente um documento com data de 2011, erro que disse já ter sido corrigido e entregue com a data de 2012, ressaltando igualmente o facto de ter sido entregue uma declaração informando que a RESOP é que irá proceder à manutenção das máquinas e instalação das mesmas, conforme previsto no caderno de encargos, concluindo que segundo a apreciação dos serviços técnicos está tudo a ser cumprido e em conformidade com as peças procedimentais.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que no contrato está previsto que a receita a receber pela Câmara mensalmente é de vinte mil e um euros. A Presidente assentiu. O Vereador Fernando Dias manifestou que estava convicto que essa era uma receita bruta, mas que afinal haverá por parte da Câmara um encargo com a fiscalização. A Presidente ressaltou que esta é outra das questões a discutir na reunião de trabalho, uma vez que existem várias hipóteses. O Vereador Fernando Dias apontou para a hipótese de serem os serviços internos da Câmara a fazer a fiscalização. A Presidente salvaguardou que, neste cenário, o custo com a mão-de-obra já existe, acrescentando apenas o custo da aquisição dos equipamentos e de uma eventual manutenção dos mesmos. O Vereador Fernando Dias inquiriu se o fiscal pode aplicar a multa. A Presidente respondeu afirmativamente, acrescentando que assim a Câmara é que recebe o valor da multa.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se seria possível ter conhecimento sobre o montante das multas aplicadas atualmente. A Presidente ressaltou que não sabe se a PSP terá esses registos por centros de custos, por forma a diferenciar os montantes referentes a cada tipo de multa. Concluiu que, de qualquer forma, poderá remeter um pedido de informação à PSP. O Vereador Fernando Dias resumiu que a sua questão se prende com os montantes relacionados com a atividade dos parquímetros, apontando que os vinte mil e um euros podem ser uma ilusão, quando consideram os valores da fiscalização. A Presidente voltou a referir a hipótese da fiscalização ser assegurada pelos serviços da Câmara.-----

O Vereador Luís Brasil acrescentou que os vinte mil e um euros poderão não ser suficientes para a despesa dos gratificados, acrescido do desprendimento do potencial de receita das sanções. A Presidente afirmou que não é o caso, reiterando que têm mesmo de avaliar a hipótese da fiscalização ser feita pela Câmara. O Vereador Fernando Dias referiu que se existe essa possibilidade, será talvez a melhor.-----

Emissão de parecer prévio – prestação de serviços na área de arquitetura e engenharia

Ent. 1396 - Proposta de emissão de parecer favorável relativamente à prestação de serviços na área de arquitetura e engenharia pela Empresa Arquiangra, tendo em vista a revisão do projeto de execução para a construção da nova escola do ensino básico de Santa Bárbara. Para deliberação da Câmara Municipal nos termos do artigo 26.º, n.º 4, alínea b) e n.º 8 da Lei n.º 64-A/2011, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012). – **Este assunto foi retirado.**-----

A Presidente recordou a informação que prestou inicialmente em relação a este ponto, que indicou que será retirado, porque apesar de a lei estar em vigor o artigo em causa necessita de regulamentação própria e, por isso, não é por enquanto aplicável. Passou a ler a informação da diretora de departamento.-----

Abertura do procedimento de ajuste direto – projeto do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo

Ent. 1401 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 17 de setembro corrente, respeitante à abertura do procedimento de ajuste direto com convite apenas ao arquiteto Siza Vieira, para a elaboração do projeto do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo e aprovação das correspondentes peças procedimentais. Para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, na redação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do n.º 1 do artigo 36.º, do n.º 2 do artigo 40.º, do n.º 1 do artigo 113.º do CCP, e ainda da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP e 3 votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, aprovou o proposto.**-----

Sobre este assunto, o Vereador do CDS-PP apresentou a seguinte declaração de voto:--

“Votamos favoravelmente baseados no parecer jurídico que temos aqui e até em alguma jurisprudência, que já aconteceu com outras infraestruturas semelhantes e que vieram a ter o visto do Tribunal de Contas, salvaguardando a parte legal disto o CDS vai votar favoravelmente.”-----

A Presidente recordou que na última reunião foi solicitado que fosse anexado a este processo um parecer jurídico, relativo à questão do cabimento. A Presidente deu ainda conta que o assunto foi igualmente referido na reunião da Assembleia Municipal, na sequência de uma resposta da própria ao deputado municipal Luís Rendeiro, altura em que referiu que esta exceção se deve à singularidade da situação, ao mesmo tempo que percebeu que seria importante esclarecer um determinado aspeto, daí que a proposta presente nesta reunião seja outra, uma vez que foi feito um enquadramento diferente. Passou a explicar que a escolha do arquiteto Siza Vieira se relaciona com o facto de ele ser a figura prestigiada que é, salvaguardando que o convite a outros arquitetos implicaria soluções diferentes. Apontou que se pretende assegurar o trabalho artístico do arquiteto Siza Vieira para o concelho de Angra. A Presidente ressaltou que na última reunião trouxe o projeto, que englobava todas as especialidades, destacando que o trabalho criativo e que as especialidades serão resultado de um processo criativo. A Presidente reportou que estava enquadrada a parte da arquitetura, conceção do mobiliário e eventualmente a parte de engenharia, para avaliar se as soluções arquitetónicas são concebíveis. A Presidente ressaltou que o que terá de se aplicar à margem desta lei não são todas as especialidades, que disse não estarem ao coberto desta situação, mas sim o trabalho criativo do arquiteto. A Presidente indicou que consultou o Dr. Carlos Farinha, que presta assessoria jurídica à Câmara, que considerou que neste sentido o processo se torna tudo muito mais simples, apesar de haver vários procedimentos a nível nacional e regional em que se fazem adjudicações diretas em valores superiores, que acima de duzentos mil euros e que implicam outro enquadramento legislativo. A Presidente concluiu que a proposta vem com as respetivas adaptações, uma vez que não se está a contratualizar um projeto completo, mas sim o trabalho criativo do arquiteto Siza Vieira. A Presidente salvaguardou ainda que o projeto completo será elaborado posteriormente, pelo valor remanescente e sem ser ao abrigo deste enquadramento legal, mas sim no processo normal de contratação.-----

Assim sendo, e conforme solicitado pelo Vereador Fernando Dias, a Presidente informou que foi anexado ao processo o parecer do Dr. Carlos Farinha.-----

Depois de os Vereadores Fernando Dias e Alonso Miguel terem dado conta da falta do parecer, a Presidente solicitou que fossem tiradas cópias do mesmo.-----

A Presidente começou por dar indicação que o parecer tem dez páginas, passando a ler a conclusão do mesmo.-----

O Vereador Alonso Miguel afirmou que a sua preocupação é confirmar a legalidade do procedimento. Nesse sentido, pediu confirmação de que o procedimento não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. A Presidente confirmou. Não estando, questionou se é completamente legal o facto de engobar apenas um arquiteto por ser através de ajuste direto e em montante inferior a duzentos mil euros. A Presidente assentiu, explicando que acresce o facto de na Região ser dada uma margem, com a adaptação da lei. A Presidente indicou, ainda, que na Região já foram feitos procedimentos semelhantes, com valores muito superiores, que tiveram de ser visados pelo Tribunal de Contas. A Presidente anotou ainda que a adaptação facilitou ainda mais o enquadramento, uma vez que na Região é permitido este tipo de procedimento, desde que o valor seja inferior aos duzentos mil euros, concluindo que se torna uma situação mais simplificada. A Presidente realçou novamente que não vai ser necessário o visto do Tribunal de Contas, apontando que houve um caso recente na Região.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se à informação do técnico, que refere que o projeto se encontra dotado com duzentos e quarenta e cinco mil euros para 2013 nas Grandes Opções do Plano, considerando que não deveria ser o técnico a dar esta informação, mas sim uma chefia, que a Presidente deu conta que este não estava presente na altura. O Vereador Fernando Dias deu conta que a posição dos Vereadores do PSD não é técnica, mas política, conforme anotou terem dado conta em anterior reunião. Assinalou que querem louvar o trabalho técnico de pareceres feito ao nível desta despesa, bem como em relação ao que deverá ser um centro de interpretação. Sem rejeitar a importância do Centro Interpretativo, manifestou que a opinião dos Vereadores do PSD vai no sentido político da definição de prioridades, nomeadamente em relação à escolha deste centro em detrimento de outras possibilidades. Resumiu que o centro

interpretativo é necessário, mas que, atendendo à atual situação da Região e do país, têm alguma dificuldade em aceitar que seja esta uma prioridade. Afirmou ainda que, na opinião dos Vereadores do PSD, um centro interpretativo deveria surgir enquanto parte da solução da dinamização do concelho mas não sendo a única, apontando a questão da redução da população, do turismo, da desertificação progressiva do centro da cidade, concluindo que não vêem nenhuma abordagem em relação a este ponto, pese embora existam algumas medidas, como a redução das taxas municipais. Concluiu que, em termos prioritários, não deveria ser esta a opção, ressaltando ainda que solicitaram que no orçamento do corrente ano fosse incluído o Teatro Angrense, bem como a construção ou reformulação das ETAR de São Mateus e São Sebastião. Recordou que, na altura, lhes foi transmitido em relação a estes pontos que não haveria grandes condições financeiras, realçando a importância de se cuidar dos equipamentos existentes, designadamente os referidos. Nesse sentido, indicou que o PSD ia votar contra a proposta, bem como a seguinte, sublinhando que se trata de uma questão de prioridades.-----

A Presidente confessou que a reação dos Vereadores do PSD lhe causa alguma estranheza, anotando que o facto de ser uma decisão política já deixa de lhe provocar tanta estranheza. Afirmou que a postura da Câmara tem sido no sentido de se abstrair das questões políticas e de se focarem no que é verdadeiramente importante para o concelho. Anotou de seguida que tinha percebido, por parte dos Vereadores do PSD, nomeadamente pelas palavras do Vereador Fernando Dias, que uma obra do Siza Vieira seria uma mais-valia no concelho. Reportou-se à questão do turismo, considerando que esta obra será uma mais-valia a esse nível, evidenciando que o arquiteto é reconhecido a nível internacional e que possivelmente esta será a sua única obra dos Açores. Relativamente à questão da redução da população, a Presidente indicou não ter conhecimento sobre nenhum estudo que estabeleça relação entre uma obra do Siza Vieira e um conseqüente afastamento populacional da cidade, concluindo que não conseguiu perceber o raciocínio, manifestando que a haver ligação seria de atratividade e de investimento. Deu ainda conta de não ter percebido a ligação desta discussão à redução das taxas municipais, votadas na última reunião, antes de serem remetidas à Assembleia Municipal, onde votaram as taxas municipais de IMI pelos valores mínimos, altura em que ainda discriminaram positivamente trinta por cento em determinadas freguesias do concelho. A Presidente disse perceber a relação feita com o Teatro Angrense e a referência ao facto de terem de acarinhar as infraestruturas

existentes. Nesse sentido, considerou que a Casa dos Pamplona, igualmente um espaço municipal, tem ainda uma necessidade mais urgente de intervenção do que o Teatro Angrense, anotando que com esta afirmação não quer dizer que o mesmo não precise de intervenção urgente e profunda. No que diz respeito às ETAR, a Presidente assinalou que o Vereador José Élio Ventura foi bastante esclarecedor na explicação que deu na altura.-----

O Vereador José Élio Ventura recordou que o compromisso que fizeram na altura em relação às ETAR foi de apresentar no próximo orçamento um estudo ou uma proposta de investimento, designadamente para a ETAR de São Sebastião, uma vez que em São Mateus é um sistema integrado e não propriamente uma ETAR, ressaltando a multiplicidade de soluções em causa, que disse estarem em análise. Destacou que em São Mateus há um conjunto de intervenções pontuais que serão realizadas e que se prevêem faseadas no próximo orçamento, no sentido de encontrar a breve trecho uma situação integrada, acrescentando que no caso de São Sebastião será uma solução que, não sendo de investimento muito elevado, possa dar outro enquadramento e outra finalidade à infraestrutura.-----

A Presidente agradeceu a intervenção do Vereador Fernando Dias na última reunião de Câmara, que em última instância, e na sequência da sessão da Assembleia Municipal, deu origem à alteração do documento, considerando que este foi melhorado e que é uma solução nova e melhor do que a anterior. Nesse sentido, reportou-se novamente às declarações do Vereador Fernando Dias na última reunião, altura em que referiu que não se sentia confortável para votar e que necessitava de dois documentos, que ressaltou terem sido facultados e que, mesmo assim, o Vereador ia votar contra. A Presidente indagou sobre o objetivo do pedido de mais dados se, quando estes são, no sentido em que se esperava, ou seja, um parecer favorável do gabinete jurídico e o enquadramento em termos financeiros, a intenção do voto seja contra, apesar de frisar que é obviamente um direito. A Presidente deu conta de estar surpresa com a evolução do processo, bem como em relação ao facto de ser esta uma decisão política e depois de uma questão de prioridades.-----

O Vereador Luís Brasil ressaltou que o Vereador Fernando Dias não excluiu a importância da obra, bem como do facto de se contratar um arquiteto que fez e faz

escola na arquitetura a nível nacional e internacional. Acrescentou ainda que não excluiu a hipótese deste procedimento ser feito mais tarde. O Vereador Luís Brasil realçou que no parecer jurídico se refere que este ato administrativo está em contradição com a diretiva comunitária 2004/18. O Vereador Luís Brasil sustentou que a questão de fundo para o PSD é que há cerca de três ou quatro anos, e com o cenário de então, faria todo o sentido avançar com este procedimento, mas que hoje talvez não, tendo em conta todos os condicionalismos e a importância de justificar o investimento destas quantias às pessoas. O Vereador Luís Brasil indicou de seguida a obra em execução do Núcleo Museológico da Boa Nova, que disse não ter o mesmo fim que o centro interpretativo, mas que cumpre uma função muito semelhante em termos de oferta cultural e turística. O Vereador manifestou que é mais pertinente para o PSD nesta altura suspender o centro interpretativo e intervir no Teatro Angrense e noutras situações. Deu conta que percebe a importância para uma cidade de ter uma obra feita por um arquiteto, cujo trabalho faz parte da história da arquitetura portuguesa. Considerou ainda que a abordagem do arquiteto Siza Vieira não pode, nem deve estar dissociada de quem vai aplicar os projetos de especialidade, sublinhando que é um problema que já se verificou noutros edifícios como a nova biblioteca ou no centro cultural. Reiterou que a intervenção do Vereador Fernando Dias é pertinente e que o projeto deverá ser suspenso e repensado. O Vereador Luís Brasil acrescentou que Angra do Heroísmo é a única cidade património mundial no mundo que ainda não conseguiu vingar turisticamente, manifestando que tal não é motivado pela falta de equipamentos, referindo novamente a obra no Núcleo Museológico da Boa Nova.-----

A Presidente retorquiu que a questão das prioridades levanta outra, sobre a qual declarou não ter cem por cento de certeza, apontando que tanto o referido Núcleo Museológico da Boa Nova, como o Centro Interpretativo têm apoio comunitário, ressaltando que, por exemplo, o Teatro Angrense não terá, concluindo que não se trata de prioridades, mas sim de fazer ou perder a oportunidade. A Presidente evidenciou que terão um projeto do Siza Vieira, salvaguardando que o centro interpretativo não será construído em detrimento das obras a realizar no Teatro Angrense.-----

O Vereador Luís Brasil questionou se a dotação de trinta mil euros não seriam suficientes para pintar e para remodelar algumas madeiras do Teatro Angrense. A Presidente respondeu negativamente, dando conta que seriam necessários cerca de cem mil euros. Nesse sentido, indagou o objetivo de proceder à pintura nesta altura

quando há necessidade de intervencionar toda a estrutura, concluindo que esta sim é uma questão de prioridades, reiterando que, de qualquer forma, o dinheiro para o centro interpretativo não pode ser utilizado no Teatro Angrense. O Vereador Luís Brasil considerou que sem uma manutenção mínima a intervenção de que a Presidente se refere, que anotou não saber quando terá lugar, será ainda maior. A Presidente afirmou que a manutenção está a ser feita, mas frisou que uma pintura no Teatro Angrense não é uma intervenção mínima e que não há enquadramento orçamental para esse efeito.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se novamente à ETAR de São Sebastião, indagando se faz sentido o gasto de duzentos mil euros, mesmo com o apoio comunitário, quando os esgotos vão para o mar. Sublinhou que tem que se ter prioridades. Aproveitou ainda para esclarecer, sobre a sua declaração relativamente à população, que queria chamar a atenção para o facto de que a Câmara não conseguiu ainda tomar medidas para estudar o processo a nível social, sobre o qual disse não haver muitos dados, como a taxa de desemprego no concelho, anotando que vai às estatísticas oficiais e não a encontra. Sublinhou que a Autarquia tem de ter neste momento outras preocupações, que não a construção de mais um edifício, por mais que este seja importante. O Vereador Fernando Dias apontou que tem de haver uma integração de tudo o que existe em termos do pacote turístico em Angra, mesmo ao nível do planeamento urbanístico. Concluiu que tudo se engloba no plano estratégico, manifestando que não sabe o que se quer de Angra para o prazo de dez anos. Reiterou que o centro interpretativo devia fazer parte de um pacote turístico, não tanto para quem visita Angra, mas principalmente para os locais. O Vereador Fernando Dias considerou, ainda, que é muito mais fácil fazer uma obra do que reunir um conjunto de ideias integradas que encoraje a população jovem a vir para a cidade, referindo-se ainda ao problema das térmitas, que disse ser complicado, apontando que há pouca gente que queira investir na cidade devido a esse problema. O Vereador Fernando Dias afirmou de seguida que considera a questão do saneamento básico em São Sebastião muito mais importante, reportando-se ao impacto da poluição nas águas balneares dessa zona. A Presidente indicou que o conhecimento existe, por via da avaliação das zonas balneares. O Vereador Fernando Dias afirmou que o problema é que o sistema de saneamento básico não funciona bem há muito tempo, manifestando que agora não interessa de quem é a culpa, uma vez a Câmara também a pode partilhar.-----

A Presidente considerou que partindo do exemplo de São Sebastião pode-se dar a volta à ilha e chegar às origens dos problemas, manifestando que não é essa a sua postura. A Presidente referiu ainda que São Sebastião não é a exceção em termos de saneamento básico, mas sim o centro da cidade.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que esta é mais uma razão para rever tudo. Reportou-se de seguida às declarações do Vereador José Élio Ventura, e ao facto que este tinha proposto uma revisão ao orçamento, que disse ainda não ter visto. Realçou que o que vê em termos de execução é que o projeto do Teatro Angrense estava inicialmente com uma dotação de trinta mil euros e que neste momento está com vinte mil euros e execução zero. Referiu de seguida o estudo das soluções para as ETAR, dotado de dez mil euros e com execução zero. Reafirmou mais uma vez que os Vereadores do PSD não estão contra esta ideia do centro interpretativo, mas defendem que há outras prioridades. Questionou de seguida sobre o plano de salvaguarda da cidade, recordando que em 2004 lhes foi dito que havia o plano, que foi tudo aprovado e que aguarda pelo mesmo até hoje. Concluiu que todas estas questões estão permanentemente a ser adiadas, não havendo solução para as mesmas.-----

O Vereador Alonso Miguel manifestou que, independentemente da legítima posição política do PSD, todos concordam com as preocupações levantadas. Referiu, de seguida, que o CDS propôs publicamente a criação do centro interpretativo, reportando-se ao contexto histórico e à classificação da cidade como património mundial, dando conta que faz todo o sentido que se avance com o mesmo, nomeadamente tendo em conta o montante e o arquiteto em causa. Considerou de seguida, em relação ao Núcleo Museológico, que estas estruturas devem ser complementares, uma vez que oferecem coisas diferentes. Informou que o CDS ia votar favoravelmente, apresentando de seguida uma declaração de voto, constante após a deliberação.-----

O Vereador José Élio Ventura esclareceu que não disse que ia haver um orçamento retificativo. Reportou-se à alteração ao orçamento no início do corrente ano, aquando da afetação de uma verba de cem mil euros aos SMAH, relacionada com o investimento na estrada regional entre as Cinco Ribeiras e Santa Bárbara e ao facto de o PSD ter votado contra o mesmo, altura em que assumiram o compromisso de encontrar soluções, embora a verba fosse residual para o caso de São Sebastião, para o ano 2013. Concluiu

que a questão poderá colocar-se com o orçamento que será apresentado até ao final do ano.-----

O Vereador Fernando Dias recordou que na altura foi questionada a razão desse investimento não ser em 2012 e que foi referido que o mesmo seria de difícil enquadramento financeiro, anotando ter estado a ler a ata da altura da aprovação dos orçamentos. Indagou se o enquadramento financeiro é difícil para se fazer um estudo. A Presidente ressaltou que em 2012 não há execução financeira nesta matéria. O Vereador Fernando Dias sustentou que em 2013 estarão a discutir os mesmos assuntos.-----

O Vereador José Élio Ventura disse em relação à referência ao plano de salvaguarda, que poderão fazer muitas reflexões, uma vez que existirá sempre alguém a dizer que algo está por fazer e que já devia ter sido feito, algo que disse acontecer em todos os municípios. Assinalou ainda que a questão das prioridades poderá ser discutível. O Vereador José Élio Ventura recordou que assumiram o orçamento feito pelo anterior executivo, que não tinha a questão das ETAR incluída e que clarificaram a situação em reunião de Câmara, altura em que surgiu o compromisso, que anotou não ter merecido ao voto favorável do PSD. O Vereador José Élio Ventura deixou ainda a nota que prioridades poderão haver muitas, mas que neste caso está em causa um imóvel com muita história, que fica a quatrocentos metros do principal espaço ajardinado da cidade de Angra, no centro da cidade, considerando que ninguém tem dúvidas da importância de dar uma nova dinâmica a esse espaço, recordando a referida dinâmica citadina, citada anteriormente. Apontou ainda que o centro interpretativo será a melhor solução para o espaço, que sublinhou precisar de uma intervenção. O Vereador Luís Brasil retorquiu que a nova biblioteca de Angra esteve para ter sido construída naquele local e que agora o que têm é uma biblioteca com a obra parada. O Vereador José Élio Ventura reafirmou as vantagens da obra. A Presidente deu conta de concordar em absoluto.-----

Emissão de parecer prévio – elaboração do projeto do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo

Ent. 1400 - Pedido de parecer prévio tendo em vista a contratação do arquiteto Siza Vieira, através da Álvaro Siza 2, Arquiteto SA, para a elaboração do projeto do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo. Para deliberação da Câmara Municipal nos termos do artigo 26.º, n.º 4, alínea b) e n.º 8 da Lei n.º 64-A/2011, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012). - **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP e 3 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, deliberou emitir parecer favorável quanto à prestação de serviços em causa.**-----

O Vereador Fernando Dias deu conta que a posição dos Vereadores do PSD seria a mesma do ponto anterior. A Presidente ressaltou que poderia não ser, uma vez que está em causa a dúvida de uma relação de proximidade, esclarecendo que ao votar contra estão a declarar que têm dúvidas quanto à relação que possa existir, bem como no que diz respeito às cinco questões que são levantadas na emissão de parecer prévio, que passou a ler. A Presidente evidenciou que se trata apenas de um alerta, ou seja, que uma decisão não tem a ver com a outra.-----

O Vereador Fernando Dias declarou que os Vereadores do PSD não levantam problemas em relação à legalidade, daí que se vão abster, sem embargo do que foi referido anteriormente.-----

Relatório trimestral de execução orçamental – TERAMB EEM

Ent. 3562 – Com o intuito de proceder à prestação de informações aos titulares de participações sociais e tendo em vista o acompanhamento e controlo, por parte do órgão executivo camarário, da atividade exercida pela TERAMB EEM., vem esta última dar a conhecer os dados relativos à execução orçamental do primeiro trimestre do corrente ano, tal como prevê a alínea e), do n.º 1, do art.º 27.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

O Vereador José Élio Ventura apresentou para conhecimento o relatório trimestral da execução orçamental da TERAMB. Explicou que, quer da parte da despesa, quer da parte da receita as coisas mantêm-se em linha com o que foi projetado, sendo certo que há uma ligeira diminuição da receita, porque as quantidades de resíduos entregues no aterro têm vindo a diminuir ligeiramente, acrescentando que em relação aos encargos se mantêm tudo como estava previsto. Apontou de seguida que continua a ser o principal objeto e a primeira preocupação da TERAMB o início do investimento relativamente à central de valorização energética, uma questão que disse ser importante abordar em todos os relatórios. Deu conta que o projeto já está em avaliação em Lisboa e que na TERAMB estão a ser trabalhados os documentos para o lançamento do concurso público para a construção da central de valorização energética. Reafirmou que tudo decorre conforme previsto, assinalando, apesar disso, que estas matérias estão condicionadas pelas contratações e aprovações dos projetos de investimento, que obrigam a um compasso de espera até que esteja tudo devidamente formalizado. O Vereador José Élio Ventura reportou, ainda, que existe uma equipa de assessores que tem apoiado a TERAMB na preparação dos documentos para o referido procedimento e ainda que há várias empresas que têm manifestado à TERAMB intenções de se apresentarem a concurso. Relativamente ao financiamento, apontou que esta é uma situação que crê esteja ultrapassada. Concluiu que a contratualização relativamente ao empréstimo só será feita depois do projeto ter sido analisado e aprovado, altura em que farão chegar à entidade que está a avaliar o projeto os documentos necessários à sua formalização.-----

O Vereador Fernando Dias recordou ter levantado em reunião anterior, onde o Vereador José Élio Ventura não esteve presente, uma série de perguntas em relação a esta matéria, anotando que parte das questões já ficou respondida com a anterior explicação. Apontou que, a certa altura, classificou de limbo a situação da TERAMB, porque se aguarda pela aprovação do projeto a nível comunitário, para que seja possível desencadear a ação da empresa municipal ou seja o seu objeto social, que é a gestão e valorização de resíduos. Concordou que se trata de um compasso de espera, questionando se o projeto está ou não aprovado pelos fundos comunitários. O Vereador José Élio Ventura respondeu negativamente. O Vereador Fernando Dias indicou que então a TERAMB está de momento a preparar um conjunto de procedimentos para

avançar com o processo quando o projeto for aprovado. O Vereador Fernando Dias questionou qual o prazo para a resposta referente aos cofinanciamentos.-----

O Vereador José Élio Ventura explicou que o investimento no âmbito do projeto de valorização energética é o mais importante da TERAMB, mas isso não significa que a empresa não tenha razão de existir, apenas e só para fazer a gestão dos resíduos sólidos urbanos da Ilha Terceira, conforme está consubstanciado na constituição da TERAMB - que haja uma gestão coletiva dos dois municípios. Indicou que este projeto surge no sentido de encontrar uma solução sustentável para o futuro, para se evitar depósitos de resíduos sólidos urbanos em aterro. Recordou que o projeto foi apresentado, tendo sofrido alguns ajustes, anotando que foi analisado pelo DREPA e remetido para Lisboa, de onde foram solicitados, na passada, semana elementos adicionais. Concluiu que não há uma contratualização definitiva, mas que a informação não escrita transmitida é que há uma verba afeta às questões de valorização energética a partir de resíduos sólidos urbanos destinada aos Açores, nomeadamente para a Terceira e São Miguel. O Vereador José Élio Ventura disse não saber se, porventura, não serão desencadeados os procedimentos com vista ao concurso público para a obra ainda antes do contrato estar devidamente formalizado. Afirmou ainda perceber a surpresa do Vereador Fernando Dias, anotando ficar igualmente surpreso algumas vezes. O Vereador José Élio Ventura realçou outro senão, o facto de estar a falar-se de fundos comunitários cuja execução de verbas tem de estar terminada em finais de 2014, concluindo que o tempo corre demasiado depressa para um investimento, cujo prazo de execução pode decorrer entre dezoito e vinte e quatro meses. Destacou de seguida que esta é uma questão em que há todo o interesse que seja encontrada uma solução estruturante para as gerações vindouras. Ressalvou que a aprovação do projeto, de acordo com a informação transmitida informalmente vai no sentido de uma aprovação conjunta entre as entidades nacionais e regionais. Manifestou ainda que seria mais confortável para todos que o lançamento dos procedimentos fosse feito quando o projeto estivesse devidamente contratualizado, anotando que são procedimentos complexos e de montantes avultados.-----

O Vereador Fernando Dias referiu que a grande mais-valia da TERAMB é a gestão dos resíduos ao nível da ilha, acrescentando que deveria incluir ainda a gestão da água, apesar de que esta será uma outra etapa. Considerou que era importante que esta primeira etapa corresse bem, para que então possam avançar para a gestão conjunta da

água. A Presidente salvaguardou que se aborda essa questão pontualmente. O Vereador Fernando Dias afirmou que esta é uma questão de confiança entre os decisores políticos dos dois concelhos. Reafirmou que essa gestão tem de ser feita ao nível da ilha. Anotou ter ideia de que em São Miguel há gestão conjunta do aterro. A Presidente confirmou, explicando que é feita pela Associação de Municípios, exceto no Nordeste.-----

O Vereador José Élio Ventura ressaltou que nos estatutos da TERAMB está prevista a questão do abastecimento e captação água, concordando que é uma questão que se colocará no futuro. Relativamente ao interesse conjunto, ao nível de ilha, afirmou que a opinião é unânime. Confirmou a informação em relação a São Miguel, acrescentando que prevê igualmente um projeto de valorização energética, em que a EDA também participa, sublinhando que o mesmo tem outros contornos, no que diz respeito à entidade que se apresenta a concurso. Ressaltou ainda que este é um projeto que está desenhado no sentido da sustentabilidade, enumerando as várias situações que garantem os oitenta e cinco por cento de participação, sem o qual afirmou seria difícil encontrar um ponto de sustentabilidade económica para um projeto desta natureza.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu se o matadouro continua a vazar os resíduos no aterro. O Vereador José Élio Ventura respondeu que o matadouro continua a vazar alguns tipos de resíduos no aterro sanitário, anotando que a tipologia de resíduos varia um pouco, como por exemplo quando há problemas com a incineradora do matadouro. Reportou de seguida que está a ser estudada de momento, situação que foi discutida com o diretor do matadouro, até que ponto a central de valorização energética tem capacidade para absorver os animais mortos e os resíduos do matadouro. Indicou que o caderno de encargos, que está a ser preparado para ser lançado a concurso, prevê que cerca de dez a vinte por cento dos resíduos sejam do matadouro destinados a serem transformados em energia.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que pelos vistos continua a haver problemas na incineradora do matadouro. O Vereador José Élio Ventura assinalou que não pode precisar se neste momento existem problemas com a incineradora, mas que tal tem acontecido, por diversas vezes, que muitos materiais do matadouro vão para o aterro

sanitário. O Vereador Fernando Dias apontou que esta situação reduz a vida útil das bolsas. O Vereador José Élio Ventura disse que essa situação acontece sempre que se coloca mais quantidades. Nesse sentido, ressaltou que não é minimamente sensato receber uma tonelada de determinados resíduos de uma indústria que paga um euro e meio por tonelada, anotando que o matadouro tem um tarifário próprio. Concluiu que esta é uma questão que se colocará até ao final do ano e que terão que fazer reflexão sobre o assunto.-----

Fora da agenda

12.º Rali Além Mar/ XXXIV Ilha Lilás

Ent. 4659 – Pedido de licenciamento para a realização do Rali Além Mar/XXXIV Ilha Lilás, efetuado pelo Terceira Automóvel Clube, o qual terá lugar nos dias 5 e 6 de outubro de 2012, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, da Direção Regional dos Recursos Florestais, da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, do IROA, S. A, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Licença de Recinto Itinerante

Ent. 4899 - Pedido de emissão de licença de instalação de recinto itinerante, efetuado por **Renato Aníbal Costa Alves**, no período de 21 de setembro a 14 de outubro de 2012, no parque de estacionamento da Praça de Toiros, freguesia de São Bento. Para aprovação, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, mediante o pagamento das devidas taxas.**-----

A Presidente anotou que a taxa referente ao recinto itinerante é de treze euros e quarenta e dois cêntimos, a licença de ruído de treze euros e sessenta e publicidade

cento e noventa euros e cinquenta e ainda que os custos de transporte e deslocação foram assegurados na íntegra pelo proprietário do circo.-----

Isenção de Taxa

Ent. 4972 – Pedido de isenção de taxa, efetuado por **Tânia Marisa da Silva Rocha Martins**, referente à licença para realização de manifestação taurina, no dia 5 de outubro, na Ponta da Ribeira Seca, Vila de São Sebastião, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. -----
O valor da taxa a pagar é de €259,10 (duzentos e cinquenta e nove euros e dez cêntimos). - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou indeferir este pedido, tendo em conta que não é uma situação prioritária.**-----

A Presidente ressaltou que o valor em causa são duzentos e cinquenta e nove euros e dez cêntimos, dando conta que no seu entendimento não é uma situação prioritária. Adiantou que é solicitada a isenção, alegando dificuldades financeiras. Concluiu que a sua proposta é de indeferimento.-----

Projeto de Decreto Regulamentar Regional que procede à suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo para a construção de um Centro de Dia na freguesia das Doze Ribeiras e de um Lar de Idosos na freguesia dos Altares

Ent. 5052- Ofício n.º SAI-VPGR/2012/1041, de 2012/09/21, do Gabinete do Vice-Presidente do Governo Regional, respeitante ao Projeto de Decreto Regulamentar Regional que procede à suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo tendo em vista a construção de um Centro de Dia na freguesia das Doze Ribeiras e de um Lar de Idosos na freguesia dos Altares, para efeitos de audição da câmara municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 133.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor, da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, deliberou emitir parecer favorável.**-----

A Presidente reportou que este ofício da DROAP solicita parecer da Câmara Municipal para a construção de um centro de dia na freguesia das Doze Ribeiras, cuja localização está afeta a área de reserva agrícola regional, e ainda um lar de idosos na freguesia dos Altares, cuja área está afeta a espaço industrial. A Presidente indicou que neste caso o Governo Regional é que tem a competência da suspensão parcial do PDM, cabendo à Câmara pronunciar-se sobre a mesma.-----

O Vereador Alonso Miguel declarou que o CDS defende uma revisão do PDM. A Presidente concordou, anotando que esta revisão é obrigatória, por força da lei, até 2014. A Presidente informou que foram contactadas todas juntas de freguesia, para que se pronunciem e para darem sugestões, para que sejam reunidos todos os dados. O Vereador Alonso Miguel apontou que o PDM tem de ser revisto a cada dez anos. A Presidente assentiu, explicando que dez anos é o prazo máximo. O Vereador Anselmo Barcelos questionou sobre o prazo de pronunciamento das juntas. A Presidente respondeu que está perto do final, anotando que durante o procedimento deverão surgir outras questões.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta que tem alertado as juntas para a importância de fazerem chegar o seu parecer, confirmando que estas já receberam o pedido de informações e sugestões por parte da Câmara Municipal.-----

O Vereador Anselmo Barcelos chamou a atenção de que a própria população das freguesias deverá ter conhecimento da situação. A Presidente esclareceu que alguns presidentes de junta de freguesia estão a tomar essa iniciativa, concluindo que este é um contacto prévio com as juntas, para que o processo seja facilitado e para que estas se possam pronunciar. Indicou que posteriormente será produzido um documento que vai a discussão pública e sobre o qual todos se poderão pronunciar.-----

O Vereador Alonso Miguel disse que se ia abster, uma vez que o CDS defende a revisão e não mais uma suspensão do PDM.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,
